



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo
Divisão de Despesas - Setor de Licitação
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900
Fone/Fax: (17) 3345 9116
Site: www.bebedouro.sp.gov.br

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL Nº 19/2023 RERRATIFICADO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PROCESSO Nº 26/2023.

Às onze horas e trinta minutos, do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Divisão de Despesas, Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Bebedouro, com sede à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, se reuniram os membros da Comissão Municipal de Licitação, os senhores: **Tiago Ambrósio Alves (presidente)**, **Luiz Felipe Lopes (secretário)**, **Paulo Sérgio Garcia Sanchez**, **Rodrigo Galvão Moura** e **Maira Rodrigues Ducatti (membros)**, para procederem à análise e julgamento da **IMPUGNAÇÃO** aos termos do **Edital nº 19/2023 Rerratificado** da licitação modalidade **Concorrência Pública nº 01/2023**, do Tipo **"Menor Preço Global"**, que tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Elétrica, devidamente cadastrada no CREA, incluindo Profissional Habilitado, para Substituição da Iluminação Pública em Diversos Bairros do Município de Bebedouro/SP.**, com recursos financeiros oriundos do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS - LINHA DESENVOLVE MUNICÍPIO - LDM - NÚMERO 19154** que entre si celebraram a **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**, e o **MUNICÍPIO DE BEBEDOURO**, com contrapartida do **MUNICÍPIO**, incluindo: **material, mão-de-obra, equipamentos, transportes, ferramentas, encargos e leis sociais, enfim tudo às expensas da contratada, sob o Regime de Execução Indireta de Empreitada por Preço Unitário, Processo nº 26/2023**, apresentada pela empresa impugnante: **RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA.**, enviada por meio eletrônico (e-mail): comercial@rtenergia.com.br às **15:47 horas de hoje, dia 23/08/2023**. A princípio, a Comissão Municipal de Licitação no intuito de esclarecer ou a complementar a instrução do processo da concorrência pública em referência, com o devido respaldo legal no disposto no **artigo 43, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, promoveu **diligência** ao Setor Requisitante, **Departamento Municipal de Obras** que através do **Ofício nº OF/249/2023/ws** do **Diretor** e do **Subdiretor do Departamento Municipal de Obras** endereçado ao Presidente da Comissão Municipal de Licitação, protocolado sob o nº **10159/2023**, às **14h:40m:59s.**, do dia **24/08/2023**, prestou os esclarecimentos **por escrito** a respeito da **impugnação** apresentada e assim **manifestou: (...) Preliminarmente, a empresa ora impugnante, aventa a "existência de vícios e graves ilegalidades, restritivos à sadia competição e violadores da jurisprudência sumulada da Corte de Contas Paulista, consoante fatos a seguir articulados."** - **grifos nossos** *Discorre na sequência que "analisando as disposições editalícias, assim como as condições técnicas do certame, nota-se a eleição de regras e requisitos para contratação que limitam consideravelmente a competitividade, restringindo em demasia as condições de participação no certame, em flagrante desrespeito as doutrinas, à jurisprudência e aos diversos precedentes da Corte de Contas Paulista, o que configura grave ilegalidade. Além disso, o procedimento administrativo licitatório encontra-se eivado de nulidades, todas elas reveladoras de prejuízos à seleção da proposta mais vantajosa e mais benéfica para o órgão licitante. - grifos nossos* Concluindo a sua preliminar que *"Em síntese, o edital contempla ilegalidades que afetam decisivamente os princípios da legalidade e, principalmente, da competitividade. - grifos nossos* Pois bem, inicialmente importante destacar e informar a referida empresa impugnante que o referido certame e Edital já fora readequado e saneado, inclusive quanto à parte de exigências técnicas em Processo do Tribunal de Contas do estado de São Paulo-TCE (TC-010590.989.23-2), **onde todas as orientações e exigências do egrégio Tribunal de Contas foram integralmente cumpridas, não havendo, portanto, mais nada que possa ser saneado.** No tocante à exigência de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO), contextualizamos inicialmente que se trata de exigência editalícia em que nada afeta ou restringe a participação de licitantes, sendo uma providência contratual a ser realizado pelo licitante vencedor. Alega a empresa ora impugnante que *"Sabemos que na administração pessoal podemos fazer tudo que a lei não proíbe, porém na administração pública só se pode fazer o que a lei autoriza."* - **grifos nossos** Nesse sentido importante salientar e esclarecer que a inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO) se torna obrigatória, como veremos mais adiante, mas



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: www.bebedouro.sp.gov.br

também imprescindível para a transparência no que se refere às obrigações previdenciárias os quais estão sujeitos o contratado e solidariamente a contratante, ou seja, a municipalidade. Vejamos o artigo 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.** § 1º **A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.** (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995) **§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995) – **grifos nossos** E ainda preconiza a Instrução Normativa nº 2110/2022 em seu artigo 138: **Art. 138. São responsáveis solidários pelo cumprimento da obrigação previdenciária principal na construção civil: I - o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, o condômino de unidade imobiliária, pessoa jurídica ou física, quando contratar a execução da obra mediante empreitada total com empresa construtora definida no inciso II do caput do art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 2021, observado o disposto no § 4º deste artigo, ressalvado o disposto no inciso II do § 2º do art. 135 e no art. 145; e (Lei nº 8.212, de 1991, art. 30, caput, inciso VI; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 220, caput) - grifos nossos** Ainda sob a ótica de contribuição previdenciária, assim preconiza a Instrução Normativa nº 2021/2021 em seu artigo 34: **Art. 34. Nenhuma contribuição social previdenciária é devida em relação à obra de construção civil que atenda às seguintes condições: I - o proprietário do imóvel ou o dono da obra seja pessoa física, não possua outro imóvel e a construção: a) seja residencial e unifamiliar; b) tenha área total não superior a 70 m2 (setenta metros quadrados); c) seja destinada a uso próprio; d) seja do tipo econômico ou popular; e e) seja executada sem mão de obra remunerada; - grifos nossos** Ou seja, o objeto de obra em questão não está isento da referida contribuição previdenciária. **Esta é a primeira motivação, como alude a ora empresa impugnante: “ Um dos requisitos essenciais para a validade de qualquer ato administrativo é a MOTIVAÇÃO, de modo que a Administração Pública está obrigada a fundamentar o ato praticado”. Não se trata aqui de mero cadastro de obter a certidão de regularidade fiscal relativa à obra afim averbar a construção no registro de imóveis, mas sim de obrigatoriedade prevista em legislação. Muito embora a Instrução Normativa citada no Edital esteja revogada, as demais Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil reforçam os mesmos conceitos de obrigatoriedade de inscrição do objeto a ser contratado no Cadastro Nacional de Obras (CNO). Contextualizemos a segunda motivação. Como bem mencionado pela empresa ora impugnante, a Instrução Normativa nº 2061/2021 é bem clara: “ Da Obrigatoriedade de Inscrição Art. 3º Devem ser inscritas no CNO todas as obras de construção civil, conforme definidas no art. 2º, exceto as obras a que se referem os incisos I e II do art. 4º. Art. 4º Ficam dispensadas da inscrição no CNO: I - a construção civil que atenda às condições previstas no inciso I do caput do art. 34 da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 16 de abril de 2021; e II - a reforma de pequeno valor, assim conceituada no inciso XVI do caput do art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 2021. Parágrafo único. Os serviços de construção civil destacados no ANEXO VI DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2110, DE 2022, com a expressão “(SERVIÇO)”, independentemente da forma de contratação, não devem ser inscritos no CNO. (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 2144, de 22 de junho de 2023) (Vide Instrução Normativa RFB nº 2144, de 22 de junho de 2023)” - grifos nossos Somente deixou de mencionar em sua peça de impugnação o anexo VI da referida Instrução onde o objeto de obra em questão se enquadra como “OBRA” e não Serviços como quer alegar a impugnante.**



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo
Divisão de Despesas - Setor de Licitação
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900
Fone/Fax: (17) 3345 9116
Site: www.bebedouro.sp.gov.br

ANEXO VI

DISCRIMINAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

(Conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE)

41 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

41.2 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

41.20-4 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

4120-4/00 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (OBRA)

Esta subclasse compreende:

- a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo:
- casas e residências unifamiliares;
- edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus);
- a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo;
- consultórios e clínicas médicas;
- escolas;
- escritórios comerciais;
- hospitais;
- hotéis, motéis e outros tipos de alojamento;
- lojas, galerias e centros comerciais;
- restaurantes e outros estabelecimentos similares;
- shopping centers;
- a construção de edifícios destinados a outros usos específicos:

- os serviços especializados de arquitetura (projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos) (7111-1/00);

- os serviços especializados de engenharia (concepção de projetos estruturais e de instalações, supervisão e gerenciamento de projetos de construção) (7120-0/00).

42 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA

42.1 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS

42.11-1 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

4211-1/01 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS (OBRA)

Esta subclasse compreende:

- a construção e recuperação de autoestradas, rodovias e outras vias não-urbanas para passagem de veículos;
- a construção e recuperação de vias férreas de superfície ou subterrâneas, inclusive para metropolitanos (preparação do leito, colocação dos trilhos, etc.);
- a construção e recuperação de pistas de aeroportos;
- a pavimentação de autoestradas, rodovias e outras vias não urbanas; pontes, viadutos e túneis, inclusive em pistas de aeroportos;
- a instalação de barreiras acústicas;
- a construção de praças de pedágio.

Esta subclasse não compreende:

- a construção de terminais rodoviários e estações para trens metropolitanos (4120-4/00);
- a sinalização com pintura em rodovias e aeroportos (4211-1/02);
- a construção de obras-de-arte especiais (4212-0/00);
- a construção de obras de urbanização (ruas, praças e calçadas), inclusive a pavimentação dessas vias (4213-8/00);
- a construção de gasodutos, oleodutos e minerodutos (4223-5/00);
- a instalação de sistemas de iluminação e sinalização luminosa em vias públicas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos (4329-1/04);

Portanto, a administração municipal, em seus contratos administrativos, se pauta pela observância sim de todas legislações na seara do direito público administrativo, incluídos supletivamente outras



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo

Divisão de Despesas - Setor de Licitação

Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900

Fone/Fax: (17) 3345 9116

Site: www.bebedouro.sp.gov.br

legislações como preconiza o artigo 54 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. - grifos nossos Em função do todo exposto NÃO ASSISTIMOS RAZÃO na referida impugnação. Nada mais, (...)", cujo Ofício nº OF/249/2023/ws do Diretor e do Subdiretor do Departamento Municipal de Obras, fica fazendo parte integrante do processo. Ao depois, a Comissão Municipal de Licitação enviou os autos do processo licitatório em referência, devidamente informado, acompanhado da IMPUGNAÇÃO apresentada e do Ofício nº OF/249/2023/ws do Diretor e do Subdiretor do Departamento Municipal de Obras, para apreciação da Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que emitiu Parecer Jurídico. Por fim, a Comissão Municipal de Licitação procedeu a análise das razões arguidas pela empresa impugnante e entendeu que não merece provimento a IMPUGNAÇÃO apresentada, acolhendo a manifestação constante no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, que assim opinou: "(...) II - DO PARECER Ao analisar a mencionada IMPUGNAÇÃO AO EDITAL constata-se que o pleito da impugnante deve ser indeferido em razão dos fatos e motivos abaixo expostos. A Comissão Municipal de Licitação, diante da impugnação da empresa licitante tomou a liberdade de consultar o Departamento Municipal de Obras no sentido de esclarecer ou complementar a instrução deste certame licitatório. Naquela oportunidade o departamento consultado, após analisar a documentação desta licitação em debate, não concordou com os argumentos trazidos pela impugnante, ou seja, não é necessário realizar modificações no edital, estando ele de acordo com os termos legais. E nessa toada, o Departamento Jurídico, ratificando as ponderações apresentadas pelo Departamento Municipal de Obras, bem como em respeito aos princípios norteadores da Licitação, manifesta-se desfavorável ao pleito da empresa interessada, ora impugnante. III - DA CONCLUSÃO Por todo o exposto, e tendo em vista as ponderações oportunamente trazidas à baila, OPINO pelo INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, nos exatos termos da fundamentação acima. (...)", cujo Parecer Jurídico, fica fazendo parte integrante do processo. A Comissão Municipal de Licitação entendeu que o Edital nº 19/2023 Rerratificado da Licitação em referência, não merece reparos, de acordo com o Ofício nº OF/249/2023/ws do Diretor e do Subdiretor do Departamento Municipal de Obras e o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura. Diante do exposto, a Comissão Municipal de Licitação acolheu as manifestações constantes no Ofício nº OF/249/2023/ws do Diretor e do Subdiretor do Departamento Municipal de Obras e no Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura e decidiu pelo não provimento da IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa impugnante: RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA., em face do Edital nº 19/2023 Rerratificado da Licitação em referência. Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser julgado pela Comissão Municipal de Licitação, seu Presidente ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Bebedouro/SP., do competente extrato de julgamento e a disponibilização desta ata circunstanciada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br, bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correio "carta registrada com aviso de recebimento AR" e/ou por meio eletrônico (e-mail), comunicando o julgamento, a empresa impugnante: RT ENERGIA E SERVIÇOS LTDA. e as demais empresas que, porventura, tenham retirado o Edital para participação da Licitação. A seguir, o Presidente da Comissão Municipal de Licitação, deu por encerrada a presente sessão, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, segue devidamente assinada pelos presentes. Eu, Luiz Felipe Lopes, secretário, a digitei. Bebedouro, vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e vinte e três.

À COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

Tiago Ambrósio Alves
- Presidente -

Luiz Felipe Lopes
- Secretário -

Paulo Sérgio Garcia Sanchez
- Membro -

Rodrigo Galvão Moura
- Membro -

Maira Rodrigues Ducatti
Membro

"Deus Seja Louvado"